

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.797.836 - DF (2019/0043857-8)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : BRUNO RODRIGUES PENA - DF025984
CAIO CESAR FARIAS LEONCIO - DF035337
IZABELLA DE OLIVEIRA DE ALMEIDA E OUTRO(S) - DF058514
RECORRIDO : DANILO LIMA MONTEIRO
ADVOGADO : LORENA CONTE AZEVEDO DE FREITAS E OUTRO(S) - DF055684

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF -, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c" da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. FUNCEF. CONTRATO DE MÚTUO. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. PLANILHA DE DÉBITO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATUAIS. CLÁUSULA QUE OBRIGA O CONSUMIDOR A RESSARCIR OS CUSTOS DA COBRANÇA DE SUA OBRIGAÇÃO. DIREITO IGUAL NÃO CONFERIDO AO CONSUMIDOR EM FACE DO FORNECEDOR. AFRONTA ÀS NORMAS CONSUMERISTAS.

- 1. Aplicam-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, ainda que se trate de entidade fechada de previdência complementar em um dos polos, quando se tratar de contrato de mútuo no qual uma das partes figure como destinatária final, nos moldes do art.2º do CDC. Julgados do TJDF.*
- 2. Afronta as normas consumeristas a cláusula contratual que obrigue o consumidor a ressarcir os custos da cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor. Jurisprudência deste Egrégio.*
- 3. Negou-se provimento à apelação. Honorários recursais arbitrados" (e-STJ fl. 293).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente indica, além de divergência jurisprudencial, violação dos artigos 2º, 3º, § 2º, 51 do Código de Defesa do Consumidor; 389, 395 e 404 do Código Civil.

Afirma, em síntese, a não aplicação do CDC a entidade de previdência complementar fechada.

Aduz, ainda, a legalidade da cláusula contratual que prevê a cobrança de honorários advocatícios extrajudiciais em caso de mora ou inadimplemento do devedor e a impossibilidade de declaração de abusividade sem o requerimento da parte.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação merece prosperar.

Com efeito, esta Corte pacificou entendimento no sentido de que "*O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas*" (Súmula nº 563, Segunda Seção, julgado em 24/2/2016, DJe 29/2/2016).

No mesmo sentido:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA FECHADA. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO APLICÁVEL.

1. As regras do Código consumerista, mesmo em situações que não sejam regulamentadas pela legislação especial, não se aplicam às relações de direito civil envolvendo participantes e/ou assistidos de planos de benefícios e entidades de previdência complementar fechadas. Assim deve ser interpretada a Súmula 321/STJ, que continua válida, restrita aos casos a envolver entidades abertas de previdência.

2. Agravo interno não provido" (AgInt no REsp 1.454.484/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2017, DJe 1º/3/2017) - grifou-se.

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FINANCIAMENTO DE IMÓVEL POR ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. AS REGRAS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO SE APLICAM ÀS RELAÇÕES DE DIREITO CIVIL ENVOLVENDO PARTICIPANTES E/OU BENEFICIÁRIOS E ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR FECHADAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 563 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. As regras do Código de Defesa do Consumidor não se aplicam às relações de direito civil envolvendo participantes e/ou beneficiários e entidades fechadas de previdência complementar.

2. Nos termos da Súmula 563 do STJ, 'o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas'.

3. Agravo interno ao qual se nega provimento."

(AgInt no REsp 1.385.864/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 24/10/2017).

O Tribunal de origem, acerca da questão, assim decidiu:

"(...) inicialmente, que se aplicam as disposições do Código de Defesa do Consumidor ao caso em tela, uma vez que, ainda que se trate de entidade fechada de previdência privada em um dos polos, cuida-se de contrato de mútuo firmado entre as partes, na qual o ora Agravado figura como destinatário final, nos moldes do art.2º do CDC, de modo que restou configurada a relação de consumo" (fl. 297 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Verifica-se que o entendimento proferido pelo Tribunal de origem encontra-se em dissonância com o estabelecido por esta Corte, merecendo alteração.

Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial de modo a anular o acórdão da apelação - nos termos dos fundamentos ora expendidos - para que o Tribunal local prossiga no julgamento da demanda, sem aplicação do Código de Defesa do Consumidor, prejudicada a análise das demais questões.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

